



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE
MINAS GERAIS
CAMPUS INCONFIDENTES**

MÁRCIA BARBOSA DE MELO

**A CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA
E SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA
EM ITAJUBÁ - MG
NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980**

INCONFIDENTES

2013



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE
MINAS GERAIS
CAMPUS INCONFIDENTES**

MÁRCIA BARBOSA DE MELO

**A CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA
E SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA
EM ITAJUBÁ – MG
NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980**

**Monografia apresentada ao Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas
Gerais, Campus Inconfidentes, como parte dos
requisitos para a obtenção do título de Especialista
em Educação Infantil.**

ORIENTADOR:

Prof.Ms. João Paulo Lopes

INCONFIDENTES

2013

MÁRCIA BARBOSA DE MELO

**A CONCEPÇÃO DA INFÂNCIA
E SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA
EM ITAJUBÁ – MG
NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980**

Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Campus Inconfidentes, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Especialista em Educação Infantil.

Comissão Examinadora

Inconfidentes, MG ____ de _____ de _____

A CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA EM ITAJUBÁ – MG NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

THE DESIGN OF CHILDHOOD AND ITS INFLUENCE ON FORMATION OF IDENTITY OF THE CHILD IN ITAJUBA CITY – MG, IN THE 1970S AND 1980S.

Márcia Barbosa de Melo

João Paulo Lopes

RESUMO

Esta pesquisa discute diferentes concepções de infância construídas em Itajubá – MG nas décadas de 1970 e 1980 a partir de contextos distintos ao qual a criança está inserida dentro da escola. Traçando uma linha de relações e influências de concepções de infância desde o século XVI ao século XX, da Europa ao Brasil.

Palavras- chave: Infância, criança, Itajubá.

ABSTRACT

This research discusses different conceptions of childhood built at Itajubá city- MG in the 1970s and 1980s from distinct contexts to which the child is inserted within the school. Tracing a line on relationships and influences from Europe to Brazil in conceptions of childhood since the sixteenth century to the twentieth century.

Keywords: Childhood, Child, Itajubá.

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
CAPITULO 1- Infância a partir de sua concepção.....	8
CAPITULO 2- Concepção da Infância no Brasil	13
CAPITULO 3- Infância e Escola no Brasil, relações estabelecidas	20
CAPITULO 4- Itajubá nas décadas de 1970 e 1980, Escola e Infância	24
CAPITULO 5- Análise das entrevistas	26
CAPITULO 6-Considerações finais	29
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	31

RESUMO

A Infância tem sido um grande desafio, pensar sobre as várias concepções de infância é um desafio ainda maior. Tratar a infância ou as infâncias no Brasil em determinada época, em um determinado lugar trouxe questionamentos importantes a respeito de como se seguiu o as concepções de infância em Itajubá – Mg, a partir de um de contextos sociais específicos.

A história da infância no Brasil vem carregada de muitas dores, violências e talvez ainda hoje não seja possível falar de uma concepção de infância que traduza o respeito à criança, como um ser de direitos, ser que pensa e fala. É sabido que no Brasil, assim como em outros países, não há uma única concepção de infância, mas sim concepções a partir dos contextos históricos, políticos, sociais e econômicos. Conforme será explanado no decorrer deste estudo. Sônia Kramer foi uma fonte de estudo que contribuiu significativamente nesta pesquisa sobre a infância e a escola no Brasil.

As relações estabelecidas entre a escola e a infância no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 foram tortuosas para as classes menos favorecidas devido ao processo de desenvolvimento social, econômico e político no Brasil, onde o Estado ditava as regras em prol do "progresso", supostamente positivo para o bem de todos e da criança. Porém através dos estudos percebe-se que pouco se preocupou com a infância. Porém, a infância das classes mais abastadas recebeu um atendimento voltado mais para a criança como ser que se desenvolve que pensa e que tem direitos.

Neste trabalho foi traçado a trajetória do processo histórico da infância nos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e XX, no Brasil e fora dele e voltando-se para Itajubá-Mg, interior de Minas Gerais, nas décadas de 1970 e 1980.

E foi a partir de memórias registradas por entrevistas com pessoas que vivenciaram os tratamentos estabelecidos com as crianças dentro da escola da época em estudo que se buscou melhor entender os sentimentos que tem com relação às suas infâncias.

A busca pelos entrevistados foi a partir de duas escolas de Itajubá. Uma que atendia a classe mais favorecidas, o Grupo Escolar Cel. Carneiro Junior e a outra fundada mais tarde na

periferia da cidade, o Grupo Escolar Dr. Antonio Salomon, para atender as camadas mais pobres da cidade. Os moldes pedagógicos e educacionais eram diferenciados, conforme a filosofia das escolas...

A escolha das escolas e dos entrevistados se deu a partir da hipótese de que a concepção da infância se constrói a partir das classes sociais diferentes e do meio ao que a criança está inserida, considerando o olhar do próprio ser que vivenciou experiências associadas á sentimentos de infâncias.

Foi entrevistado sete pessoas que se manifestaram com relação à sua própria infância á partir de suas memórias com relação á sua própria infância.

CAPITULO

1

INFÂNCIA

A PARTIR DE SUA CONCEPCÃO

Tratar infância, tema deste capítulo, vê-se necessário algumas definições sobre o tema.

Etimologicamente, a palavra infância vem do latim, infantia, e refere-se ao individuo que ainda não fala. Essa incapacidade de falar, atribuída à primeira infância, estende-se até sete anos, que representaria a idade da razão.

Segundo Khulmann Jr.(1998,p.16) “Infância tem um significado genérico e, como qualquer outra fase da vida, esse significado, é função das transformações sociais: toda sociedade tem seus sistemas de classes de idade e a cada uma delas é associado um sistema de status e de papel.”

Compreender as relações construídas em torno das concepções da Infância é indispensável para o desenrolar deste debate em torno da criança como ser de direitos , ser que fala, ser que se manifesta, que age e pensa, que cria e reproduz.

Na Idade Média, segundo Ariés (1975, p. 4)

“Contudo, um sentimento superficial da criança - a que chamei "paparicação" era reservado à criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com a criança pequena como com um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois uma outra

criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato”.

Esse sentimento superficial com relação à infância se perdurou durante o século XVII. Salvo, quando a família tinha uma preocupação particular quanto a linhagem e com a conservação dos bens, porém geralmente não havia relação afetiva¹. Durante este período socialização da criança se dava pela sociedade e com a sociedade, não era atrelada a relação familiar, assim que a criança se bastava, saía do seio de sua família para aprender seus ofícios com jovens e adultos os ajudando nos afazeres, assim, pode-se se dizer que a família não tinha nenhum vínculo ou responsabilidade com a criança. O tempo em que a criança passava pela família era breve, o que não permitia se desenvolver nenhum tipo de sentimento pela criança, não havia cuidados para com a saúde e higiene, o que levava a muitas mortes de crianças em seus primeiros anos de vida, período este, conhecido como período do infanticídio. A criança era quase que invisível aos olhos do adulto, vestia-se como adultos, aprendiam os costumes dos adultos, por meio da imitação.

No final do séc.XVII, a criança passa a ocupar outro lugar dentro da sociedade, quando a mesma começa a ser compreendida como um ser com necessidades específicas.

Segundo Ariés (1975, p.5) “A escola substituiu a aprendizagem como meio de educação. Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles.” neste momento o sentimento da família torna-se diferente, novo, a afeição pela criança se efetiva gradativamente, pois o infanticídio tolerado ainda se perdura até final do século XVII². Mas foi com a intervenção do cristianismo, após a percepção do infanticídio tolerado, que a infância é descoberta, a partir de um folclore

1 Essa família antiga tinha por missão – sentida por todas – a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua quotidiana num mundo em que o homem, e mais ainda uma mulher isolados não podiam sobreviver, e ainda, nos casos de crise, a proteção da honra e das vidas. Ela não tinha função afetiva... o sentimento entre os cônjuges, entre os pais e filhos, não era necessário à existência nem ao equilíbrio da família: se existisse, um tanto melhor. Ariés(1975, p. 10).

2 Em primeiro lugar, eu chamaria a atenção para um fenômeno muito importante e que começa a ser mais conhecido: a persistência até o fim do século XVII do infanticídio tolerado. Não se tratava de uma prática aceita, como a exposição em Roma. O infanticídio era um crime severamente punido. No entanto, era praticado em segredo, correntemente, talvez, camuflado, sob a forma de um acidente: as crianças morriam asfixiadas naturalmente na cama dos pais, onde dormiam. Não se fazia nada para conservá-las ou para salvá-las. Ariés(1975, p. 17).

religioso, onde a criança passa a ser heroína. Durante esse período a sociedade toma novo perfil, o desenvolvimento da sociedade interfere diretamente na vida da criança a escola e a profissionalização passa a ter um papel importante na vida da criança e a infância vai tomando um novo molde, mas é válido lembrar que as diferenças sociais sempre estiveram presentes e que os mais abastados tinham regalias e enquanto que os menos abastados sofriam com os tratamentos que recebiam. É válido lembrar que houve uma evolução significativa a partir dos séculos XVII e XVIII.

Segundo Ariés (1975, p. 32) “o antigo costume se conservou nas classes sociais mais dependentes, enquanto um novo hábito surgiu entre a burguesia, onde a palavra infância se restringiu a seu sentido moderno”. Porém a diferenciação social se conservou.

No século XIX, ainda nos moldes higienistas, as teorias evolucionistas agregam conhecimentos e a escola tem que acompanhar o desenvolvimento industrial, e a infância fica inserida a um cenário da sociedade industrial, nesse período a escola se fortalece para atender as necessidades da sociedade.

Durante todo processo de concepção do sentimento da infância, percebe-se que cada época é marcada pelo privilégio a uma idade³, onde as idades correspondiam as funções sociais, reconheceu-se as diferentes fases da vida, segundo a linguagem moderna e em estudos de Ariés(1975).

A infância passa a ser não somente um dado cronológico ou uma etapa da vida, mas trata-se de um período constituído por um sistema normativo, onde cada grupo social revela seus valores, valores que estão estritamente ligados as ações institucionais. Gondra(2010, p. 197) no texto “ A emergência da infância” ilustra com muita clareza que a divisão da vida em etapas ou em fases cronológicas não é definitiva, que as experiências vividas são fundamentais para todo o processo da formação humana.

No campo pedagógico o pensamento não se torna diferente, considerando que as famílias mais pobres estão mais afastadas do capital cultural, diante de tal situação o poder público entende que deve educá-los de maneira a definir como deve ser tratado o processo de escolarização e a dominação pela educação. Partindo deste ponto, a escolarização tornou-se

3 Tem-se a impressão, portanto, de que, cada época corresponderiam uma idade privilegiada e uma periodização particular da vida humana: a “juventude” é a idade privilegiada do século XVII, a “Infância”, do século XIX, e a “adolescência”, do século XX.

Essas variações de um século para outro dependem das relações demográficas. Ariés (1975, p.48)

cada vez mais precoce para as crianças devido a saída das mulheres para o trabalho o que permitiu a entrada do poder público nas famílias e a disciplinação da sociedade desde muito cedo. Intervindo no modo de viver e de como viver.

É a partir do séc. XVII que a infância passa a receber um novo olhar, com o passar do tempo e já no século XIX, a criança é esperada com um aparato de objetos, roupas e utensílios para suprir as necessidades do bebê, além disso, temos ainda uma equipe multidisciplinar para “ensinar” as mães como educar seus bebês da melhor maneira possível.

Com o avanço da industrialização e da sociedade capitalista, a reprodução da dominação inicia a partir do nascimento da criança, a transferência de modelos e valores agregados aos moldes de uma política autoritária da dominação se efetiva. A criança passa a estar completamente exposta ao olhar, de uma sociedade com costumes e valores. Neste momento um ser inofensivo (a criança) passa a estar vulnerável a dominação.

Na sociedade contemporânea e capitalista do século XIX e XX o investimento aos meios de produção para atender a “infância” se faz de forma agressiva, daí vem mais uma vez o questionamento inicial, o que se pretende com esse atendimento para a infância? que concepção ou quais concepções existem sobre infância?

Segundo Khulmann Jr, citado por Frota(2007) em sua dissertação “Infância tem um significado genérico, e como qualquer outra fase da vida, esse significado é função das transformações sociais: toda sociedade tem seus sistemas de classes de idade e a cada uma delas é associado um sistema de status e papel”, assim cada infância e cada criança depende de seu contexto social, geográfico, econômico, político e até mesmo individual, assim o sentimento da infância vem sendo associado as mudanças sociais, ao contexto social, geográfico, econômico e político.

A escolarização surge com tal sentimento para atender as necessidades contextuais, pensando-se não só na infância, mas no desejo do desenvolvimento de toda sociedade, para atender as classes dominantes a relação escola/trabalho se instala como alavanca para o progresso.

Portanto, a escolarização está atrelada à questões sociais, envolvendo a demografia infantil, o trabalho feminino e as transformações sociais. Segundo Greive(2010) em “As crianças na história da Educação”, cita que ainda com a escolarização, na história da educação a criança recebe um olhar de aluno e não para a infância, o que justifica ações de maus tratos e violência nas escolas que se perdurou por muitos anos.

Ao final do século XIX com a família moderna já “organizada com os novos moldes políticos da industrialização”, receber a criança com relações de carinho e cuidados se consolidou, grupos de psicólogos passaram a pensar na criança como ser que se desenvolve a partir de forças biológicas, desta forma, segundo Piaget, a criança se desenvolve a partir de processos biológicos fixos e imutáveis, generalizando todas as culturas e contextos históricos e sociais a que a criança estava inserida, desta forma, a criança passa a ser classificada conforme um padrão pré estabelecido de testes, julgando a criança ser capaz ou não de oferecer expectativas e desempenho para a sociedade e seu futuro pessoal. Porém esse período de industrialização e desenvolvimento histórico possibilitou olhares críticos no pensar a infância de maneiras distintas. Até o final do século XX, muitas mudanças aconteceram e a infância passou a assumir um lugar no mundo, cada qual com seu contexto e especificidades sócio culturais, políticas e geográficas.

No artigo “Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção, escrito por Frota(2007), a autora trata de uma perspectiva paradigmática da Pós-modernidade com relação à infância, na qual cita que a criança é descentralizada, uma vez que se considera que a partir de suas relações com os outros, sempre em um contexto particular, subjetivo, desta maneira as concepções de infância vão sendo construídas a partir de discursos dominantes para atender interesses políticos sociais de um determinado contexto.

CAPÍTULO

2

CONCEPÇÃO DA INFÂNCIA NO BRASIL

Tratar o tema infância no Brasil, torna-se um pouco mais complexo, tendo em vista poucos estudos relacionados ao tema e a importação de referências para tal questão, segundo Greive: (2010). O cuidado com a infância se deu tardiamente, por volta do século XIX, intensificando nos séculos seguintes. Porém, a infância no Brasil estava atrelado ao preconceito, discriminação e abandono, segundo Pinheiro (2001, p. 33), “ a desigualdade social assume, entre nós, múltiplas expressões, quer se refiram à distribuição de terra, de renda, do conhecimento, do saber, e mesmo ao exercício da própria cidadania”. Seguindo esse raciocínio, Priore (1996, p.8) afirma que a modernidade não trouxe muita diferença para todos os pequenos brasileiros. A infância feliz não foi vivenciada pelas crianças operárias da cidade de São Paulo, recém industrializada, nem tão pouco por todas as crianças trabalhadoras do Brasil.

Se voltarmos sucintamente, desde o início da colonização, encontraremos fatos que ilustrarão a construção histórica da concepção da infância atrelada a condição social e cultural de cada um. O Brasil foi Colônia Européia, portanto os moldes que recebeu foi da Europa.

Assim quando os jesuítas chegaram ao Brasil para catequizar índios, crianças, segundo Priori (1996), citada por Santos (2007), o objetivo era civilizar, e construir um ambiente cristão favorável a dominação da coroa Portuguesa. Como na época a concepção de infância européia era de que a criança é um ser puro e inocente, e que no Brasil os índios eram desprovidos de valores, eram pecadores. Nada melhor para os jesuítas que dominar a partir de uma educação rígida e moral e com o objetivo principal de prepará-los para o trabalho e a cristianização. Já os africanos que foram exportados exclusivamente para o trabalho não receberam o mesmo tratamento, sequer eram vistos como crianças, eram apenas escravos com potencial menor por serem menores, porém a partir dos sete ou oito anos sua força era explorada ao máximo.

Nesse período, as concepções de infância são bem distintas para o índio, o negro e

claro os brancos, definida pela sua condição étnica e social. Para as crianças pobres, porém brancas, o que lhes restavam era muitas vezes as ruas, pois estas eram as crianças enjeitadas, abandonadas pelas mães nas portas das igrejas e casas e segundo Marcílio (1996), muitas dessas crianças morriam de fome e frio. Foi devido a esses abandonos que surgiu “A roda dos Expostos”.

As crianças que eram “enjeitadas” nas Rodas dos Expostos recebiam imediatamente uma ama de leite e eram bem alimentadas para que por volta dos sete anos pudessem retribuir o que receberam com o trabalho forçado enquanto que as meninas eram preparadas para os ofícios domésticos, para o casamento. A Roda dos Expostos se perdurou mesmo após a emancipação política, sendo mantida pelo estado brasileiro.

No século XIX, com o avanço do capitalismo, muitas mudanças culturais, políticas, econômicas e sociais surgiram. No Brasil, não foi diferente, como já citado antes. Num contexto influenciado agora pela Inglaterra que pressionava o Brasil pelo fim da escravidão no país, e em 1871 foi sancionada a Lei do Ventre Livre, que garantia que todas as crianças que nascessem a partir daquele ano eram livres, porém tais crianças ficariam sobre o jugo do seu senhor até os 21 anos de idade.

"LEI Nº 2040 de 28.09.1871 - LEI DO VENTRE LIVRE

A Princesa Imperial Regente, em nome de S. M. o Imperador e Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os cidadãos do Império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1.º - Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre.

§ 1.º - Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade da presente lei (...)

Desta forma, percebe-se que mesmo criando a Lei do ventre livre, a preocupação com a infância não mudou. Com o desenvolvimento do capitalismo, a exploração do trabalho infantil continuava acontecendo para as crianças das classes desfavorecidas. Os maus tratos às crianças e aos adolescentes eram constantes, porém na segunda metade do século XIX,

começam a acontecer denúncias, pois as condições das crianças e dos adolescentes eram precárias e desumanas. Essa situação fez e (faz) parte da lógica do capitalismo, com afirmação de Marx(1988), citado por Santos(2007).

Com já visto, a criança pobre, negra ou índia no Brasil, desde a colonização sempre foi um produto de exploração e mão de obra, porém com os maus tratos e a violência evidente, olhares mais sensíveis passa a observar e tentar mudar, ou recuperar a integridade física e moral das crianças desamparadas, para ingressá-las no mercado de trabalho, de forma diferente dos séculos escravistas anteriores.

No início do século XX algumas instituições foram criadas para atender as crianças desfavorecidas socialmente.

A partir da década de 30, surgiram instituições para o atendimento das crianças em situação de pobreza, foi criado o departamento Nacional da Criança, surgem jardins da infância, lactários, policlínicas infantis, escolas maternais entre outros órgãos para atender a infância desvalida. Estes órgãos eram de cunho assistencialista, para que as mulheres ingressassem no mercado de trabalho e as crianças não ficassem jogadas nas ruas, tudo em favor do “Progresso”. Kramer, (1982).

Tendo em vista que o país estava em processo de Progresso econômico, com o início da industrialização e urbanização, sob um projeto modernizador e republicano.

No Brasil moderno no século XX, surgiu o termo criança desvalida, associado às crianças pobres, com uma conotação valorativa negativa, consideradas “menores” em situação de risco social, podendo tornar-se marginais e colocar em risco a sociedade. Desta forma, tornou-se necessário atender a infância abandonada, a partir de um olhar de superioridade.

A infância no Brasil, segundo dados da UNICEF e organismos governamentais, tem recebido muito pouca atenção até os dias de hoje, com relação ao bem estar da infância.

Segundo Freitas(1999, p. 12) ”as carências infantis de toda ordem têm sido associadas a uma questão maior que é a do desenvolvimento econômico (em muitos casos do tipo industrial) reconhecido como 'chave' para a solução destes problemas.” Na idade Moderna, o capitalismo se expandiu, e assim a escola se desenvolveu para fins de interesses econômicos ou em favor do poder burguês, desenvolvendo desta maneira um molde social individualista, desta forma, percebe-se que a escola estava atrelada ao trabalho para o trabalho, sendo fundamental para o desenvolvimento. Neste período de mudanças e progresso, a mulher ocupa as fabricas e muitas crianças passaram a ficar sozinhas.

Assim, com a inserção da mulher no mercado de trabalho, surgiram as creches no Brasil com um formato assistencialista para auxiliar a mães trabalhadoras, instituições para acolher órfãos abandonados por mulheres.

Os programas de atendimento à infância se deu através da implantação de creches e jardim da infância nesse molde se perdurou do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX.

Com o avanço da industrialização e o aumento das mulheres no mercado de trabalho, aumentou a demanda pelos serviços das instituições de atendimento à infância. Alguns aparelhos de assistência à infância começaram a surgir, como o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, 1922, no intervalo do 1º para o 2º Congresso que só aconteceu em 1933, surgiram lactários, jardins da infância, escolas maternais, policlínicas infantis, e muitas campanhas começam a acontecer pelo Estado e órgãos particulares para defender as crianças desvalidas. Surge o Departamento Nacional da Criança.

O Estado culpa a família pela situação da criança, desconsiderando a condição social e econômica do país. Como cita Kramer: (1996, p.8)“ A dissolução atual da família, a dissociação de seus elementos pelo enfraquecimento da autoridade paterna, pela ausência diária da mulher do recinto do lar, pela guarda dos menores em mãos mercenárias dão à família moderna uma estrutura frágil e inconsistente”

Para solucionar o problema da ausência familiar o Estado oferecia à criança a “formação de uma raça forte e sadia”. Pensamento de Getúlio Vargas(1966).

Desta forma a criança trabalhadora passou a ser importante para o Estado...

“ Já colabora para grandeza do Brasil, através da dignificação de trabalho, do auxílio a seus pais, num edificante exemplo de solidariedade na luta pelo ganha-pão diário.”(66, p.15)

A partir da década de 1930, o estado assumiu a responsabilidade do cuidado com a infância, porém não o fez sozinho, solicitou a ajuda de entidades filantrópicas, igrejas e associações particulares para colaborarem com tais cuidados com a infância. (KRAMER, 1982).

Porém, o atendimento era diferenciado, dependendo da classe a que a criança estava

inserida. Para a sociedade menos abastada os cuidados eram higienistas e de cunho assistencialista, enquanto que para a classe mais abastada, o atendimento à infância era de cunho pedagógico.

Neste período, surgiram muitos Órgãos Destinados ao Atendimento da Criança, um atendimento compensatório. Porém, órgãos voltados para a doutrinação da criança, incentivo ao patriotismo e à profissionalização.

O Projeto Casulo, por exemplo, surgiu para com poucos gastos, atender o maior número possível de menores, de 0 à 6 anos, de modo a prevenir sua marginalidade. Segundo documentos consultados, citado por Kramer (1982, p.72)

“ não tem o sentido de compensar carências intelectuais, psicológicas ou mentais em função do ingresso futuro do menor no sistema escolar” (91, p. 4)

Somente em meados dos anos de 1970 que a mulher trabalhadora passou a reivindicar seus direitos, a partir da teoria da privação cultural. Teoria que justifica o fracasso escolar explicado pela carência cultural, linguística e afetiva das camadas populares.

Segundo Kramer(1995,p.24), o poder público, em defesa do atendimento das crianças da classe menos favorecidas, padroniza a concepção de infância, tratando a criança de maneira homogênea. Consideram ainda que as crianças das classes dominadas são inferiores, carentes e deficientes, faltando a elas determinados atributos ou conteúdos que deveriam ser incutidos nelas, devido a serem privadas culturalmente.

Enquanto que para as classes mais abastadas econômica e culturalmente havia as instituições particulares que atendiam as crianças por meio período, de cunho pedagógico, dando ênfase à socialização e a preparação para o ensino regular. Nesse momento podemos observar uma concepção de infância diferenciada, um atendimento específico para atender um determinado grupo social, tendo direitos esses pequenos seres a uma educação privilegiada devido a um contexto.

Até o final dos anos 1970, pouco se fez em termos de legislação que garantisse o atendimento de todas as crianças de maneira igualitária. Já nos anos 1980, diferentes setores da sociedade, pesquisadores na área da infância, organizações não governamentais uniram forças com o objetivo de sensibilizar a sociedade sobre o direito da criança e uma educação de qualidade para todos desde o nascimento, o que se efetivou com a Constituição de 1988. A partir desse momento, as creches vinculadas à assistência social passaram a ser

responsabilidade da educação, dois anos depois surge o Estatuto da Criança e do Adolescente, fator que inseriu a criança no mundo dos direitos humanos, devendo a mesma ter acesso as oportunidades de “[...] desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade”(BRASIL,1994).

Desde a Constituição de 1988, surgiram muitas leis que buscavam garantir “o direito a igualdade para todos”, e principalmente houve um grande avanço nas preocupações com a infância. Porém é importante ressaltar que infelizmente, no contexto brasileiro a população menos favorecida social, cultural e economicamente continuou a sofrer violências contra a dignidade humana. Dessa forma as crianças e adolescentes, seres mais vulneráveis dentro da sociedade sofreram todos os tipos de abusos, como: trabalho infantil, exploração sexual, trafico de drogas, exploração de mão de obra infantil, violências domésticas e acima de tudo a não inserção destas crianças no mundo de direitos à saúde, educação e lazer.

Enquanto que há uma parte de crianças e adolescentes que estão do outro lado, são as crianças oriundas da classe média e alta, que passam a usufruir dos direitos com toda intensidade, sendo respeitadas e vivendo uma infância sadia. Partido deste pressuposto pode-se verificar duas concepções diferentes de infância dentro de contexto histórico social de um determinado período da história brasileira que se construiu com violência e desrespeito em prol do “Progresso”. Conforme citou Santos (2007, p.226)

“ Tais situações assimétricas inserem-se no imaginário social, que opera com duas concepções distintas de crianças e adolescentes na sociedade de um lado, aquelas possuidoras de direitos, portanto privilegiadas, que podem exercer a sua condição peculiar de desenvolvimento. E, de outro lado, aquelas que têm sua “infância suprimida”. Neste sentido, cabe ressaltar que as diferentes concepções de infância e adolescência são construídas em um cenário de violência e desigualdade, e foram tecidas ao longo do processo histórico brasileiro.”

O trabalho se fazia necessário e a busca por uma vida melhor e um salário levou novamente ao abandono das crianças nas ruas, ou até mesmo a criança no trabalho, permanecendo um quadro de desrespeito à infância pobre, essas crianças abandonadas a própria sorte eram denominadas “ menores abandonados”, o que preocupava bastante as classes dominantes. Neste contexto, surge o Código de Menores em 1927, que busca punir e

disciplinar as crianças sem infância, privadas de dignidade, simplesmente por serem pobres. E paralelamente as escolas que atendem as crianças para o bem do país a partir da doutrinação e disciplinação.

Segundo Foucault(2004), citado por Gondra(2010):

“ a disciplina objetiva tornar os corpos dóceis e, para tanto, pratica a arte de suas distribuições , de acordo com uma lógica celular, controla a atividade, organiza as gêneses e a composição das forças dos corpos, para se obter o máximo deles.”

Esta prática se manteve por todo século XX, e quando as crianças das famílias menos favorecidas tinham o acesso á escola era para a doutrinação e disciplinação, como citou Gondra(2010) em seu texto, pois à infância desvalida podia ser aproveitada pelo Estado.

É válido citar que houve avanços significativos do decorrer dos anos, mas efetivamente o respeito e o atendimento para a criança se deram a partir de novas discussões e surgimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente, LDB e a Constituição de 1988, leis que surtiram efeitos mais significativos no início do século XXI.

CAPÍTULO

3

INFÂNCIA E ESCOLA NO BRASIL: RELACÕES ESTABELECIDAS

As relações estabelecidas entre infância e escola no Brasil foram tortuosas e em função do Estado, o reconhecimento dos direitos da educação de qualidade para a infância percorreu um longo período histórico e ainda caminha para tal conquista e realização.

Segundo Kramer (1982, p. 52) “a primeira creche popular cientificamente dirigida à filhos de operários até dois anos” teve início em 1908 e em 1909 inaugurou-se o Jardim de Infância Campos Salles, no Rio de Janeiro. Com a finalidade de:

“ Preservar a infância da destruição a que condena o desamparo dos cuidados de que ela carece é garantir à sociedade a permanência e a sucessão das vidas que não de ser o sustentáculo de sua estabilidade e os elementos de seu progresso e engrandecimento”

Ou seja, o carácter assistencialista era para as camadas mais pobres e para as mães ocuparam o mercado de trabalho. Porém educadores e pedagogos que vinham de uma educação elitista do período colonial e imperialista, defendiam demagogicamente uma educação para a ascensão social e era defendida como direito de todas as crianças. Alguns movimentos se organizaram em especial a Escola Nova.

Mas as crianças de zero a seis anos, continuavam sendo assistidas pelos médicos e assistentes sociais, com pouco carácter pedagógico e pouca disponibilidade de verba para esse segmento educacional. Enquanto que a partir dos sete anos o atendimento escolar era voltado para uma concepção de atendimento à criança para o bem do país, do progresso e o aproveitamento das crianças na formação para trabalho em benefício do Estado.

Segundo Kramer (1982), para a educação Infantil se instaurou duas formas de atendimento pré-escolar: OMEP e COEPRE. OMEP era desenvolvida pela Organização Mundial de Educação Pré-Escolar, de carácter privado e beneficente, e a COEPRE realizada pela Coordenação de Educação Pré-Escolar, do Ministério de Educação e Cultura, determinava as diretrizes do atendimento à pré-escola. COEPRE, que foi criada em 1975, quando houve o VII Encontro de Secretários de Educação e Cultura e Presidentes dos Conselhos Estaduais de educação, chamando-se atenção para os danos irreversíveis que a

carência nutricional poderia causar às crianças. A partir desse encontro foram organizados planos de educação pré-escolar, o que resultou numa educação compensatória.

“Se pretendermos desenvolver a educação pré-escolar atendendo a crianças carentes, o objetivo principal poderá ser o de desenvolver a educação compensatória que lhes permita superar as deficiências ocasionadas pelas condições sociais, nutricionais e culturais em que viveram até então. Tal educação lhes possibilitaria iniciar a aprendizagem formal de igualdade de condições com as demais crianças, oriundas de meios mais favorecidos.”

Desta forma, a educação para a infância no Brasil se estabeleceu a partir de quatro vertentes: Saúde, Previdência e Assistência Social e o da Educação em si, fragmentando o atendimento e estratificando a infância.

De acordo com Diagnóstico preliminar da educação Pré-Escolar no Brasil, segundo Kramer (1982), “apenas 3,51% da população em idade pré-escolar eram atendidas, pertencendo 44% daquele percentual a matrículas de Instituições particulares(15, p. 1). Isso significa que a maioria das crianças que recebem educação pré-escolar provém das classes médias e altas, ficando alijada a quase totalidade das crianças que se originam das classes dominadas.” Assim, esses dados comprovam o não atendimento às classes populares, comprovando a estratização da infância, por motivos já citados e o não financiamento da educação pré-escolar. Assim, a privação cultural se mantém trazendo estas crianças para os meios de produção e camuflando a atuação desrespeitosa do Estado.

Segundo Kramer (1995), neste contexto social e político, o atendimento às crianças era diferenciado, enquanto as crianças das camadas populares eram atendidas em período integral e para um desenvolvimento a partir de suas carências e deficiências. As crianças das classes sociais privilegiada tinham um atendimento nas instituições particulares, meio período e com propostas pedagógicas que privilegiavam o desenvolvimento da criatividade e a sociabilidade infantil, além de preparar a criança para a educação regular.

As creches comunitárias, foram incentivadas pela UNICEF, a partir de 1979, expandindo-se na década de 80, porém com profissionais muitas vezes não habilitados, somente em 2002 é que as secretárias municipais assumem as creches, num cenário caótico.

Em 1981, universidades, centros de pesquisa e sistema de ensino e movimento organizados denunciaram a precariedade no atendimento à infância e exigiram educação com qualidade para as crianças de zero à seis anos. Isso ocorreu quando o Programa Nacional de Educação Pré-Escolar lançou ações de expansão de atendimento à crianças a baixo custo. Em

1988 com a Constituição Federal, a educação infantil de zero à seis anos foi garantida com qualidade, tornando-se lei o dever do estado e direito da criança, sendo reafirmado pelo ECA em 1990.

Assim, as relações estabelecidas entre infância e escola no Brasil percorreu um longo percurso e ainda caminha para um atendimento de qualidade, mas houve grandes transformações e conquistas no decorrer da história brasileira.

Cursino(2009) em sua pesquisa sobre infância, cultura contemporânea e educação, discute a institucionalização da infância e algumas questões de relevância.

A partir da Constituição de 1988 do Estatuto da Criança e do adolescente da LDB, muitos avanços ocorreram com relação aos direitos da infância, porém Cursino (2009) indaga: a que práticas culturais e sociais são desenvolvidas, o que as crianças produzem e desenvolvem nas suas ações e interações?

O que se percebe hoje é que com os processos de transformações sociais, a efetivação da ocupação da mulher no mercado de trabalho, a busca por melhores condições de vida e a democratização do ensino tem apontado para um novo olhar com relação à infância, ou melhor, percebe-se diferentes concepções nesse novo mundo em que os significados são construídos em diferentes contextos. Porém com a institucionalização da infância, a escola ocupa um papel significativo dentro da sociedade, tentando atender a duplicidade de atendimento que o Estado solicita.

Embora o atendimento para a educação infantil seja um direito de todas as crianças a partir de 1988, as políticas para este segmento da educação não eram definidas num Plano Nacional, mas sim pelas secretária de educação de cada município, ainda com resquícios de um atendimento assistencialista e com profissionais despreparados para um novo molde educacional, o da educação para o desenvolvimento da criança, ser com direitos. Nunes(2000, p.3) citado por Corsino(2009,p. 20) fala a respeito da Institucionalização da Infância que “ o reconhecimento social da infância que depende do sistema de proteção social vem acompanhado de uma série práticas e de saberes que tornam os sujeitos sociais nele inscritos diferenciados por sua condição de classe, mostrando a eles, desde cedo, qual o seu lugar na esfera das relações sociais.”

Assim, a institucionalização da infância não se fez para todos de maneira democrática, mas revelou-se ambiguidades entre o atendimento para as crianças ricas e para as crianças

pobres, conservando características de todo processo da construção das concepções da infância no Brasil. Tanto no campo pedagógico, quanto no campo disciplinar.

Não pode-se negar que houve grande avanço com relação a escola no Brasil, o direito e a garantia da educação infantil no Brasil tornou-se Lei. Mas e a garantia da qualidade? As camadas mais pobres, que dependem do poder público permaneceu e permanece a mercê deste sistema institucional que ainda é falho em detrimento de uma escola privada que busca atender as camadas mais favorecidas com o intuito do desenvolvimento da criança de maneira plena, valorizando a criança e respeitando a infância, desta forma reforçando a desigualdade de atendimento para as infâncias brasileiras.

CAPÍTULO

4

ITAJUBÁ NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980: ESCOLA E INFÂNCIA

Para iniciar esse capítulo, será necessário um breve histórico de Itajubá desde sua fundação.

A cidade de Itajubá foi fundada em 1819, com o nome inicial de Arraial de Boa Vista do Itajubá, núcleo inicial do município de Itajubá, pelo Padre Lourenço da Costa Moreira, que viu nessa terra maiores possibilidades físicas para o desenvolvimento e para que suas pretensões religiosas fossem alcançadas. Devido ao clima e as condições físicas e o terreno mais fértil. Essas condições permitiram a prosperação rápida e o crescimento da população.

Devido a sua localização próxima de São Paulo, em 1878, Itajubá, então chamada de Boa Vista de Itajubá, já expressiva um forte centro econômico para o Sul de Minas Gerais.

Com o processo de desenvolvimento e crescimento populacional, as escolas começaram a surgir por iniciativas particulares, Porém a primeira escola a ser fundada por iniciativa do Estado foi o Grupo Escolar de Itajubá, sendo a mesma legalizada pela Lei Municipal nº 18 de 09 de janeiro de 1913 e recebendo um terreno doado pelo Estado, e em 1917 a mesma se tornou Grupo Escolar Coronel Carneiro Junior. Após esta iniciativa mais dez grupos foram fundados até a década de 60. Guimarães(1987, p. 378)

Com o desenvolvimento populacional e a necessidade de organização da cidade, para o bem do progresso, mais escolas foram fundadas e até 1985, houve um crescimento de mais sete escolas estaduais e treze escolas municipais, contando com as rurais.

Em 1923, o vereador Eleardo Braga Mostério, apresentou o projeto de lei que tornaria obrigatório o ensino primário em todo município de Itajubá, projeto este que não foi aprovado. Guimarães(1987, p. 379) “ A comissão encarregada de estudar tão louvável proposta, declarou, na sessão de 25 de outubro do mesmo ano, ser inoportuna tal medida, embora lhe parecesse 'magnífica'...” o que comprovou o não interesse de responsabilidade do estado com a Educação.

O desenvolvimento do município de Itajubá, foi marcado por muita pobreza tendo em vista as inúmeras instituições de atendimento aos mendigos e aos pobres na cidade, com

freqüentes ações filantrópicas para atender os pobres, as pessoas necessitadas, carentes e enfermos na indigência ou viúvas desamparadas. Em 1931, foi fundada a Liga Beneficente de Itajubá, com o fim de afastar das ruas os mendigos, dando-lhes mais conforto e evitando-lhes a vergonha de implorar de porta em porta. Em 1934, também foi instalada a Sociedade Protetora do Pobres, e assim foram sendo instaladas diversas iniciativas e organizações em “prol “ dos pobres , para manter tais instituições e iniciativas existiam taxas de 10% nos impostos arrecadados do município. Os Livros da Velha Câmara fazem menção de uma Sociedade Filantrópica Itajubense, louvando tais iniciativas. A Legião Brasileira de Assistência(LBA), Guimarães(1987, p. 505) acrescenta que:

“observa-se também a a necessidade de órgãos assistenciais mais amplos, de organizações que atuem em todas as carências da sociedade, sobretudo a menos favorecida pela educação e formação moral. (1979)

A preocupação com o menor desvalido também seguia os mesmo moldes da sociedade itajubense, havia iniciativas filantrópicas para atendê-las que seguia os moldes higienistas, conforme a criação do Dispensário Escolar, entregue à direção dos médicos e enfermeiras.

Em 1947, foi criado o Instituto Dom Bosco, depois transformado em Escola horticultura, que foi um dos educandários modelares de Itajubá, para a recuperação dos meninos pobres, que ali recebiam educação e ensino profissionalizante, tornando-se úteis à sociedade e à família. Havia também o Asilo Santa Isabel, que atendia as meninas. Guimarães (1987, p. 506).

Como se pôde perceber, Itajubá não fugiu aos processos de desenvolvimento do país, seguindo os mesmo moldes. Assim, podemos reafirmar que a educação em Itajubá seguiu o percurso nacional e caminha ainda hoje com tais deficiências ao qual já foram comentadas anteriormente nos capítulos iniciais deste estudo. Porém, faremos no próximo capítulo, uma breve análise de depoimentos de alunos das décadas de 1970 e 1980, em duas Escolas do Município de Itajubá, a Escola Municipal Coronel Carneiro Junior, a primeira escola fundada em Itajubá na região central da cidadee que atendia as camadas mais abastadas e a Escola Municipal Dr. Antônio Salomon, escola da periferia de Itajubá, que atendia as camadas mais pobres.

CAPÍTULO

5

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Falar das concepções da infância construídas ao longo da história em Itajubá é rever todo o processo do desenvolvimento da infância no Brasil, com algumas características específicas da cidade em questão. A história de Itajubá estabeleceu relações com a infância que não foram diferentes com relação ao contexto Nacional, o Estado teve grande influência na cidade de Itajubá, desde sua fundação. O que gerou sentimentos que serão aqui relatados após as entrevistas aplicadas em alunos e alunas das décadas de 1970 e 1980 buscando as memórias das trajetórias dos ex alunos nas escolas a que estavam inseridos.

Após estudos relatados aqui que comprovam avanços significativos no processo educacional do país, e que o interesse do Estado se faz valer a partir da diferenciação social para o “progresso”. Supostamente o Estado atende a infância de forma subjetiva, justificando as necessidades específicas de cada grupo social, camuflando os verdadeiros interesses do Estado com a infância.

As entrevistas trouxeram alguns aspectos com relação à infância itajubense que reafirmaram os sentimentos vividos pelas crianças nas décadas de 1970 e 1980 e as semelhanças de sentimentos em alguns aspectos entre as diferentes classes sociais que aqui serão citadas.

Foram entrevistados alunos e alunas duas escolas com alguns aspectos sociais diferentes: O Grupo Escolar Coronel Carneiro Junior, hoje E.E.Col.Carneiro Junior, que foi a primeira escola fundada em Itajubá e que atendia a classe mais abastada, e Grupo Escolar Dr.

Antônio Salomon que foi fundada em 1961 num bairro pobre da cidade para atender as camadas mais pobres do bairro Cruzeiro. Foram entrevistados sete pessoas que estudaram nas escolas citadas acima, No Grupo Escolar Dr Antônio Salomon estudaram Márcia de Lurdes Tibiriçá, 44 anos, filha de pai militar, concluiu o 2º grau e hoje é cozinheira, José Claudio Alencar Costa, 44 anos, pai pedreiro, possui o curso superior incompleto devido a necessidade de trabalhar, hoje é assessor do Deputado Estadual Odair Cunha, Rosa Maria Augusto Demeu, 49 anos, pai pedreiro, possui curso superior incompleto e trabalha de técnica

de contabilidade, Elias Fernando Maia, 34 anos, pai pedreiro, formado em Contabilidade. No Grupo Escolar Coronel Carneiro Junior estudaram Alexandre Magno Pedroso de Miranda, 44 anos, pai militar, é mestre em Agronomia, Mário Nelson Viana, 52 anos, possui o superior incompleto e é comerciante, pai comerciante, Rodrigo Augusto Simões, 33 anos, formado em Filosofia, pai militar Todos estudaram nos Grupos Escolares nas décadas de 70 ou 80.

A partir da entrevistas aplicadas a todos individualmente, com questionamentos relacionados à infância e seus sentimentos com relação à escola e aos adultos, houve um sentimento positivo na memória dos entrevistados com relação à escola, porém com ressalvas sobre o tratamento que recebiam. Ficaram muito claras as necessidades específicas de cada criança com relação ao seu meio social. Quanto ao questionamento sobre o que mais gostavam na escola: O José Claudio e a Márcia Tibiriçá responderam que seria a sopa, enquanto que os alunos do Coronel Carneiro Junior disseram não gostar da sopa, o que aponta para as necessidades a que a escola atendia, de caráter assistencialista. A escola atendia à essas necessidades. Com relação ao tratamento dos adultos com as crianças as respostas foram unânimes, todos responderam que o tratamento era rígido, severo, tanto para a década de 1970 como para a década de 1980. As conversas com a família a respeito da escola também chamou atenção, porque os alunos do Coronel Carneiro Junior responderam que existiam cobranças de tarefas, de responsabilidades com a escola, enquanto que nos alunos do Grupo Escolar Dr Antônio Salomon, a fala era que tinham que estudar para ser alguém na vida, ou não havia diálogo, a relação era distante.

Com relação ao sentimento de infância, e as relações estabelecidas na escola, ambos os grupos, das décadas tanto de 1970 quanto a de 1980, apontaram os mesmos sentimentos de prazer e alegria na escola. Ao serem questionados sobre o que o que gostavam na escola, todos disseram que gostavam do tratamento das professoras, que havia um carinho muito grande, todos expressaram sentimentos de prazer na escola, de segurança, a Márcia de Lurdes Tibiriçá disse que havia mais atenção, o José Claudio disse que havia muito carinho e apoio, exceto Mário Nelson que disse que a os professores eram muito rígidos e severos. Ao falar sobre os castigos, percebe-se uma grande aceitação da violência, as crianças aceitavam puxões de orelhas e outros tipos de punição para correção, mas não gostavam. A Márcia Tibiriçá.

O Alexandre Magno e José Claudio, citaram os momentos do Hino Nacional. O Alexandre e a Márcia achavam certos e necessários a Márcia Também citou o momento das

orações, Pai Nosso e Ave Maria. Sobre o papel da escola na vida deles e suas influências, somente o Mário Nelson disse que em nada influenciou, todos os outros falaram ter sido fundamental a escola na vida deles, ao comparar a escola o passado com escola de hoje, a palavra ensino mecânico apareceu duas vezes, a Márcia e o José Claudio disseram que o hoje o ensino é mecânico, não há afetividade. Todos disseram que gostavam muito de brincar. Ao serem questionados se eram tratados como criança, a Rosa Maria e o Alexandre disseram que não, pois já crianças tinham que ter responsabilidades, os outros disseram que, eram tratados como crianças. Ao questionar sobre o papel da escola hoje, todos responderam que é preparar para a vida e é muito importante.

Ao fazer as entrevistas e analisá-las percebe-se que apesar de haver muitas diferenças do atendimento escolar, a infância era vista de maneira única para todas as crianças, a infância era vista como uma fase em que a criança já tinha que ser preparada para a vida, o que diferenciava eram os destinos, que eram correspondentes aos seus contextos sociais.

Outro fator que deve ser levado em consideração com relação à infância em Itajubá na década de década de 1980 é que mesmo havendo movimentos em prol do atendimento de qualidade para todos a partir da década de oitenta, as crianças continuaram sendo tratadas com diferenças e desrespeitando o direito do indivíduo de ser, de pensar e de falar. Preparando a infância para o atendimento do Estado a partir do que eram “capazes” e podiam oferecer para o Estado a partir de sua condição social que estava atrelada ao capital social de cada criança.

CAPITULO

6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Termino esse estudo com a certeza de ter dado o primeiro passo rumo à discussão do tema, visto que o mesmo abrange um Universo amplo de informações e experiências que poderão ser abordadas em novos estudos.

A Concepção da Infância, tema que me encanta e intriga e objeto do meu estudo é complexo e plural. Identificar as concepções construídas ao longo da história não é tarefa fácil e talvez nem sejam identificadas devido às múltiplas condições sociais e contextuais ao qual a sociedade está inserida.

Este estudo partiu da introdução do que vem a ser infância. E principalmente, do entendimento de sentimentos com relação à infância constituídos no Brasil e em Itajubá-MG nas décadas de 1970 e 1980.

A partir de um olhar de perto, com o uso da história oral, buscado pela memória de cada ser que viveu e sentiu a constituição de sua própria infância. Pode-se dizer que a infância ou as infâncias em Itajubá – MG foram construídas com subjetividade, embora houve atendimento diferenciados a partir de contextos sociais, o olhar para a criança não era diferente. Isto quer dizer que a criança não era vista como um ser singular e capaz, mas que sua capacidade dependia de sua condição social.

A criança é um ser único, um individuo singular, cada um é um, ser que vive para a descoberta, para o novo, para o lúdico.

Pensar infância por esse enfoque foi pouco comum nas décadas estudadas desta pesquisa.

Perceber e compreender a criança com um ser social e histórico e que está inserido em uma sociedade é um entendimento novo, que vem sendo falado e desenvolvido a pouco mais que três décadas. Este pensamento se dá a partir de um novo olhar para a infância, percebendo-se que a criança é um ser social, é também um ser de direitos, e de direitos de uma educação de qualidade.

È relevante salientar que a educação para a infância é necessária e não tem mais volta, porém atender as crianças com qualidade é um dos pilares para outras mudanças a que esperamos com relação á vida. Atender a criança com qualidade, é atender respeitando o ser que ali esta.

A partir da pesquisa feita, percebe-se que apesar de pontos negativos na educação com relação ao tratamento à infância nas décadas de 1970 e 1980, um dos pontos fortes a que todos os entrevistados falaram foi a respeito do atendimento com carinho, atenção e confiança. Disseram que a diferença da escola do passado para a de hoje é que hoje o ensino é mecânico sem relação afetiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIES, Philippe. **História social da Criança e da Família**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: LCT, 2002 (prefácio e Cap. 1)

CORAZZA, Sandra. **Era uma vez...Quer que conte outra vez?As gentes pequenas e o indivíduo**.

CORSINO, Patrícia. **Educação Infantil cotidiano e políticas**. São Paulo: Autores Associados, 2009.

DEL PRIORE, Mary. **História das Crianças no Brasil**. 2ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2000.

FREITAS, Marcos Cezar -**História Social da Infância no Brasil**, São Paulo: Cortez, 2009.

GARCIA, Regina Leite. **Todas são crianças...mas são tão diferentes**. In. GARCIA, Regina Leite (org). Crianças essas conhecidas tão desconhecidas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GUIMARÃES, Armelino - **História de Itajubá**, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

JOBIM E SOUZA, Solange. **Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin**. Campinas, São Paulo: Papirus,1994.- (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

KINCHELOE, Joe L. &STEINBERG,Shirley R. **Sem segredos:cultura infantil, saturação de informação e infância pós-moderna**.

KOHAN, Walter. **A cidade da formação**. In. GALLO, Silvio & VEIGA-NETO, Alfredo (orgs). Fundamentalismo e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LARROSA, Jorge. **O enigma da infância**. In. LARROSA, Jorge. Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas. São Paulo: Authentica, 1999.

LEITE, César Donizetti Pereira. **Infância e educação: entre o sagrado e o profano – Um enredo de amor e medo**. In. GALLO, Silvio & VEIGA-NETO, Alfredo (orgs). Fundamentalismo e Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MONO, Mariângela – ULBRA, **Condições culturais contemporâneas na produção de uma infância pós-moderna que vai à escola**. GT-07: Educação da Criança de 0 a 6 anos

PASCHOAL, A História da Educação Infantil no Brasil: Avanços, Retrocessos e desafios dessa Modalidade Educacional. Campinas, 2009

SANTOS, João Diógenes Ferreira - As diferentes concepções de infância e adolescência na trajetória histórica do Brasil. Campinas, 2007